

Alesp deve analisar conduta de Fabiana Bolsonaro após discurso

Durante fala, deputada fez pintura no rosto e caso pode chegar ao Conselho de Ética

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) deve analisar, nos próximos dias, a conduta da deputada estadual Fabiana Bolsonaro (PL), após um episódio ocorrido durante sessão plenária de quarta-feira (18) que gerou ampla repercussão política e institucional. Durante discurso na tribuna, a parlamentar fez uma pintura escura no rosto, em ação que foi interpretada por outros deputados e por entidades como prática de “blackface”. O termo é utilizado para descrever a prática de pintar o rosto ou o corpo para representar pessoas negras.

A manifestação ocorreu enquanto a deputada fazia críticas à deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), figura frequente em debates sobre pautas raciais e de identidade de gênero. “Eu sou uma mulher. Não adianta se travestir de mulher. Eu não estou aqui ofendendo transexual, muito pelo contrário, eu estou dizendo, eu sou mulher, quero ser vista como mulher. A mulher do ano não pode ser transsexual”, afirmou.

O episódio rapidamente ultrapassou os limites da Casa Legislativa e ganhou visibilidade nas redes sociais, mobilizando parlamentares de diferentes espectros políticos. Diante da repercussão, deputados estaduais protocolaram representações formais pedindo a abertura de investigação no Conselho de Ética



Reprodução Alesp

Parlamentar nega intenção ofensiva e afirma que manifestação teve caráter totalmente político

da Alesp.

Entre os pedidos, há solicitações que vão desde advertência até a cassação do mandato da parlamentar, sob o argumento de possível quebra de decoro. A deputada estadual Mônica Seixas (PSOL) criticou a situação: “Crime de racismo é inafiançável, aconteceu de forma televisionada sem nenhuma reação da presidência da Alesp ao fato da deputada Fabiana Bolsonaro ter feito blackface enquanto dizia improperios transfóbicos na tribuna”.

Em outra manifestação, a par-

lamentar acrescentou: “Eu tive muita dificuldade de registrar o flagrante, sendo que a Assembleia Legislativa no seu regimento interno Artigo 282 prevê que a autoridade policial tem que agir quando há crime flagrante no plenário da Assembleia Legislativa”. Segundo ela, também serão adotadas medidas na esfera criminal. “Nós vamos representar no Conselho de Ética. Estou exigindo da presidência da Assembleia Legislativa uma resposta e uma atuação agora, porque a população do estado, a população negra do esta-

do de São Paulo merece respeito que não teve nessa Casa”.

O Conselho de Ética é responsável por analisar condutas de deputados estaduais e apurar eventuais infrações ao decoro parlamentar. Caso a denúncia seja aceita, será instaurado um processo que inclui a designação de um relator, a coleta de provas, oitivas e a garantia do direito de defesa. Ao final, o colegiado emite um parecer que pode recomendar sanções, a serem submetidas à votação em plenário nos casos mais graves.

Apesar das pressões iniciais, há também um movimento mais cauteloso dentro da Alesp. Parlamentares aliados defendem que qualquer decisão seja tomada com base no devido processo legal e sem antecipação de julgamentos, destacando a análise técnica dos fatos.

Fabiana Bolsonaro afirmou que sua manifestação teve caráter político e foi direcionada a críticas específicas, negando intenção de ofender ou discriminar. Esse argumento deve embasar sua defesa caso o processo avance formalmente.

Outro ponto que passou a circular após a repercussão do caso diz respeito ao sobrenome da parlamentar. Fabiana não possui parentesco com o ex-presidente Jair Bolsonaro e é filha de um pastor evangélico. Segundo o site “Divulgacand”, do TSE, ela se chama Fabiana de Lima Barroso Souza, adotando o sobrenome Bolsonaro nas eleições de 2022.

A expectativa agora gira em torno da decisão sobre a admissibilidade das representações no Conselho de Ética. Caso o processo seja instaurado, a tramitação pode se estender por semanas, com diferentes etapas até a conclusão. O desfecho poderá estabelecer parâmetros para situações semelhantes no âmbito da Assembleia e influenciar o ambiente político nas próximas semanas.

Sabesp lidera a 18ª edição do Ranking do Saneamento 2026

Divulgação/Governo de SP

A 18ª edição do Ranking do Saneamento 2026, divulgada pelo Instituto Trata Brasil em parceria com a GO Associados, confirmou o protagonismo da Sabesp no setor. O levantamento, com base em dados de 2024 do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), aponta Franca como a cidade mais bem colocada do país, com quase universalização dos serviços.

Outros municípios operados pela companhia também se destacam entre os 20 melhores, como Santos (4º), Taubaté (10º), São José dos Campos (16º) e São Paulo (18º).

O ranking avalia os 100 maiores municípios e considera indicadores como cobertura de água, coleta e tratamento de esgoto. Mesmo com média nacional de 51,8% no tratamento, cidades



No ranking, a cidade de Franca ocupa a primeira posição

atendidas pela Sabesp apresentaram índices superiores.

O desempenho é atribuído ao ciclo recente de investimentos. Em 2025, a companhia aplicou R\$ 15,2 bilhões em obras, ampliando o acesso à água para 1,8 milhão de pessoas e a coleta de

esgoto para 2,1 milhões. O tratamento foi estendido a 3,7 milhões de cidadãos.

A empresa também mantém investimento superior ao de cidades, com a meta de antecipar a universalização do saneamento para 2029.

SP premiará prefeituras que cumprirem metas

O Secretaria de Educação anunciou que o governo estadual vai premiar, a partir de 2027, prefeituras que cumprirem as metas de alfabetização em 2026. Até então, a premiação era voltada apenas às escolas com bom desempenho no Saresp.

O anúncio foi feito durante a entrega do Prêmio Excelência Educacional, que reconheceu 1.111 escolas municipais em 411 cidades, com bônus de R\$ 100 por aluno, totalizando mais de R\$ 32 milhões.

A nova premiação para municípios será baseada no programa Alfabetiza Juntos SP e levará em conta o uso de materiais do Estado, a formação de professores e os resultados de alfabetização. As cidades receberão selos de reconhecimento: ouro, prata e bronze, conforme o desempenho alcançado.

Outra medida anunciada foi a ampliação da oferta de material didático. A partir do próximo ano, o Estado também fornecerá livros para os dois últimos anos da educação infantil, etapa anterior ao Ensino Fundamental. Atualmente, cerca de 600 municípios já utilizam esse material nos anos iniciais.

O programa Alfabetiza Juntos SP reúne ações como avaliação de fluência leitora, uso de plataformas educacionais e formação de professores. A iniciativa já alcança centenas de municípios paulistas e busca fortalecer o processo de alfabetização na idade certa.

Segundo dados recentes, 77% dos alunos encerraram o 2º ano com leitura adequada. A meta do governo é atingir 90% até 2026, ampliando o acesso e qualidade nas redes públicas.